

Desempenho do setor agropecuário gaúcho: mais um resultado negativo

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

Lavoura

O Rio Grande do Sul apresentou, durante o ano de 1996, uma taxa negativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária da ordem de 3,7%. Essa taxa traz implícita uma queda de 14,6% na produção do segmento lavoura, não compensada por um crescimento de 18,2% no segmento produção animal. Nesse comportamento, chama-se atenção para dois aspectos: primeiro, que o desempenho negativo foi determinado pela forte estiagem que atingiu o Rio Grande do Sul; segundo, que os desempenhos negativos da lavoura têm se repetido amiúde nas últimas 11 safras, ou seja, na média, a cada intervalo de um ano (Tabela 1).

As adversidades climáticas, fundamentalmente a estiagem, têm se caracterizado como a principal causa desses resultados negativos. Na safra 1995/96, a estiagem foi responsável, por exemplo, pela perda de 44,1% na lavoura de milho, de 26,0% na lavoura de soja e de 53,7% na lavoura de feijão (Tabela 2), acabando por mascarar o quadro de intenções de plantio e dificultando a avaliação do comportamento dos agricultores diante de uma conjuntura de estabilidade da moeda e de perspectivas de recuperação de preços. As variações de área plantada entre as safras 1994/95 e 1995/96, ainda que influenciadas por atrasos de plantio definidos pela estiagem, apontam, com exceção do arroz — que precisa ser analisado à parte — que as reduções de produção oriundas das decisões de plantio teriam sido bem menores

* Economista, Técnico da FEE.

se não fosse a estiagem (Tabela 3). Observe-se que a área de lavoura no RS está sendo reduzida por duas razões: a primeira delas, de caráter aleatório e de maior impacto sobre a economia agrícola, são as adversidades climáticas, que inibem a intenção de plantio dos agricultores, submetendo-os a prejuízos financeiros; a segunda obedece a uma tendência que se origina na redução de área que ocorre ao longo do tempo por decisão dos produtores e está vinculada a transformações no processo de produção, por abandono de áreas não aptas à produção ou por uma busca de racionalização no uso da terra e dos recursos financeiros. Esta, ao contrário da primeira, vem proporcionando os ganhos de produtividade observados na lavoura gaúcha.

Tabela 1

Taxas de crescimento do PIB da agropecuária, por segmento da produção, no Rio Grande do Sul — 1986-96

ANOS	PRODUÇÃO ANIMAL	LAVOURA	AGROPECUÁRIA
1986	1,1	-12,4	-8,7
1987	6,8	24,8	19,3
1988	5,5	-8,0	-4,4
1989	-4,4	17,5	10,9
1990	5,2	-7,0	-3,8
1991	9,8	-30,1	-18,9
1992	2,2	57,1	36,2
1993	5,4	3,7	4,2
1994	7,4	-9,4	-4,6
1995	8,2	4,4	5,7
1996	18,2	-14,6	-3,7

FONTE: FEE/NCR.

Tabela 2

Taxa de crescimento das principais atividades da agropecuária
no Rio Grande do Sul — 1996

PRINCIPAIS PRODUTOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Produção animal	18,2
Aves	12,4
Bovinos	20,8
Leite	19,0
Ovinos	1,1
Suínos	22,0
Lavoura	-14,6
Grãos	
Arroz	-17,0
Feijão	-53,8
Milho	-44,1
Soja	-26,0
Trigo	201,1
Fruticultura	
Banana	2,1
Laranja	-5,6
Maçã	-3,1
Uva	-23,3
Outros	
Batata-inglesa	-25,5
Cana-de-açúcar	-0,3
Cebola	44,1
Fumo	-4,0
Mandioca	-7,8
TOTAL	-3,7

FONTE: FEE/NCR.

NOTA: Estimativas preliminares.

Tabela 3

Comparação dos totais de área plantada das lavouras de verão nas safras 1994/95, 1995/96 e 1996/97 no Rio Grande do Sul

DISCRIMI- NAÇÃO	SAFRAS			VARIAÇÃO %		
	1994/95 (há) (A)	1995/96 (há) (B)	1996/97 (ha) (C)	B/A	C/B	C/A
Arroz	991 603	840 895	802 933	- 15,2	-4,5	-19,0
Feijão	225 497	241 260	201 628	7,0	-16,4	-10,6
Milho	1 883 870	1 768 742	1 685 690	- 6,1	-4,7	-10,5
Soja	3 008 550	2 772 153	2 918 172	- 7,9	5,3	-3,0
TOTAL	6 109 520	5 623 050	5 608 423	- 8,0	-0,3	-8,2

FONTES: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO (1996). Rio de Janeiro: IBGE.

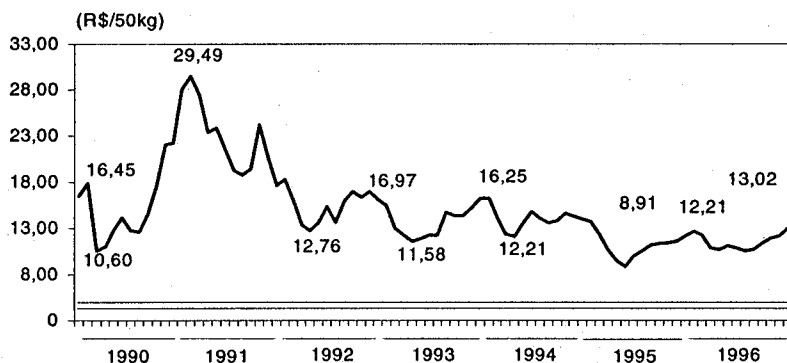
As reduções na produção física das lavouras tiraram as chances dos produtores de aproveitarem a recuperação ocorrida nos preços, relativamente à safra anterior. Os preços do arroz apresentaram uma recuperação, em termos reais¹, de 9,2%, os do milho, de 32,3%; e os da soja, de 42,8%. A forte queda ocorrida nos preços do trigo após o plantio tirou dos agricultores a oportunidade de uma boa recuperação das perdas sofridas na safra de verão. O significativo aumento da produção desse cereal (201,1%) teve seu impacto reduzido por uma queda de preços de cerca de 42%, em termos reais, entre julho e dezembro de 1996². Saliente-se que essa queda significou que os preços praticados na época da colheita, depois de terem atraído os tricultores com um pico de R\$ 13,89 por 60 kg em julho de 1996, ocorrido graças a uma conjuntura internacional favorável, voltaram aos patamares da safra anterior, de acordo com a média dos preços praticados nos meses de outubro, novembro e dezembro.

¹ Os preços foram corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 1996 (cálculos gentilmente cedidos pela EMATER-RS, em função de problemas no nosso equipamento).

² Variação calculada sobre os preços médios recebidos pelos produtores (EMATER-RS) nos meses de julho e dezembro, corrigidos pelo IGP-DI (FGV) para dezembro de 1996.

Gráfico 1

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de arroz no Rio Grande do Sul — 1990-96

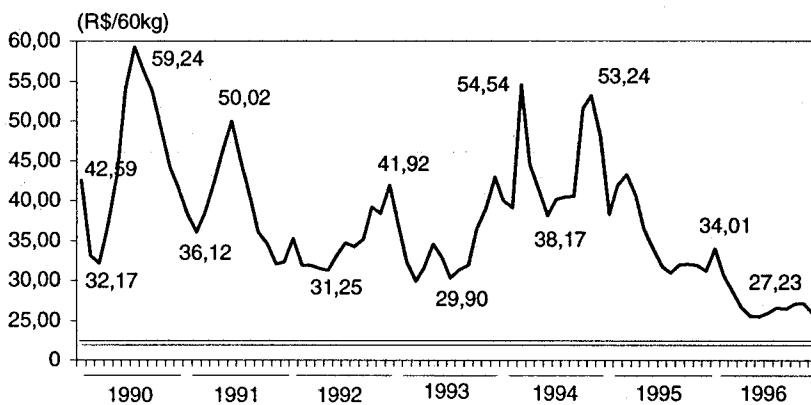


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 2

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de feijão no Rio Grande do Sul — 1990-96

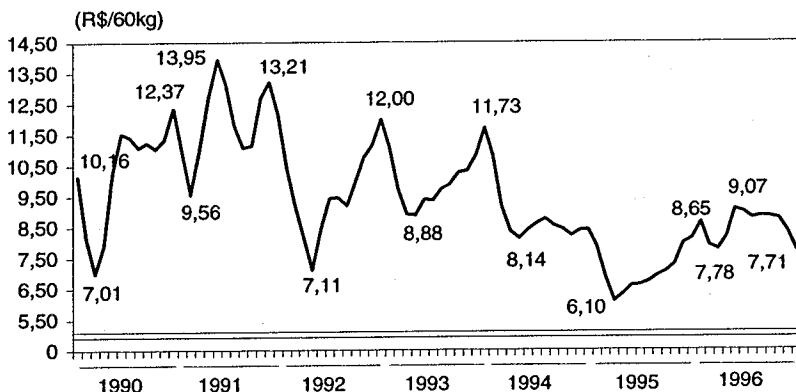


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 3

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de milho no Rio Grande do Sul — 1990-96

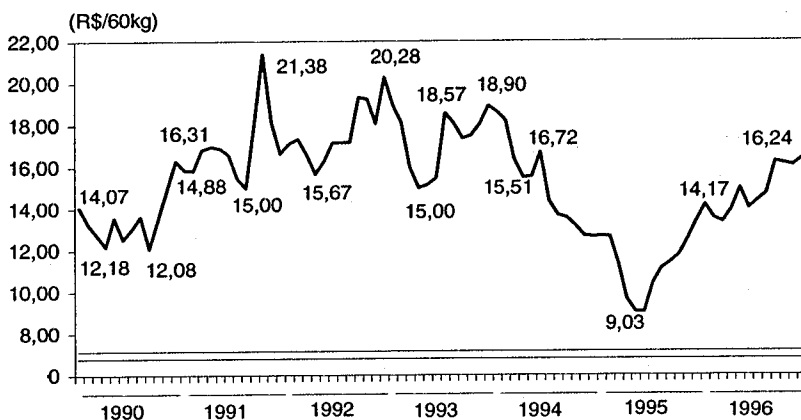


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 4

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de soja no Rio Grande do Sul — 1990-96

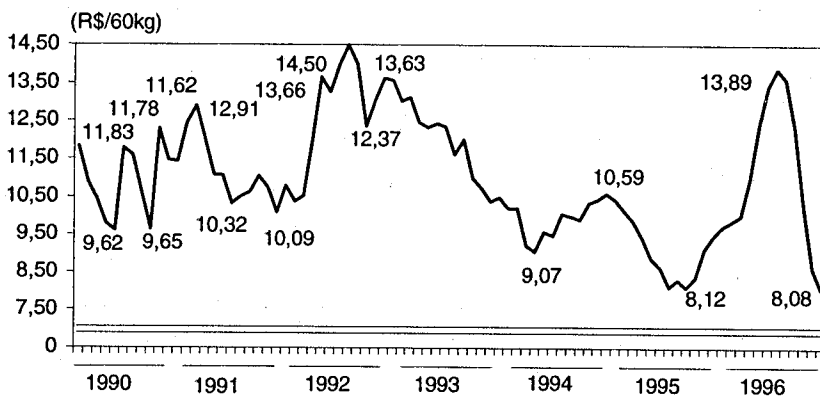


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 5

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de trigo no Rio Grande do Sul — 1990-96

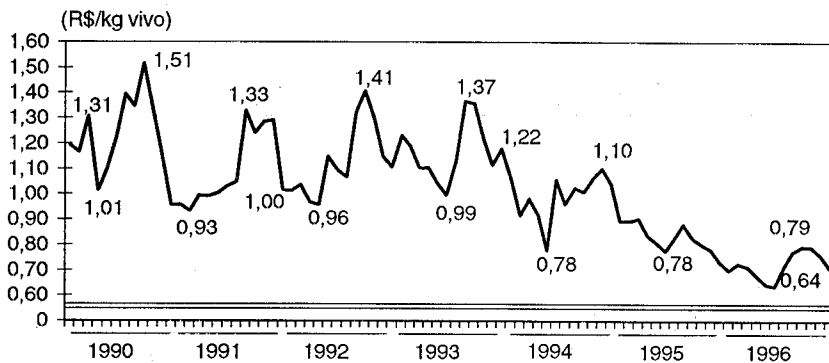


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 6

Evolução dos preços recebidos pelos pecuaristas no Rio Grande do Sul — 1990-96

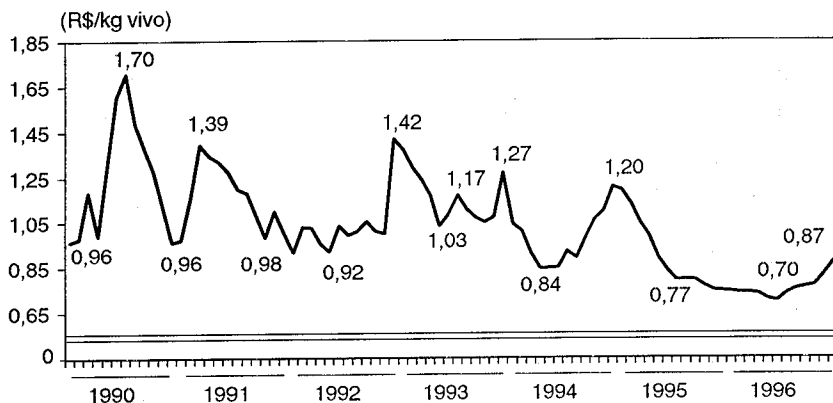


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 7

**Evolução dos preços recebidos pelos suinocultores
no Rio Grande do Sul — 1990-96**

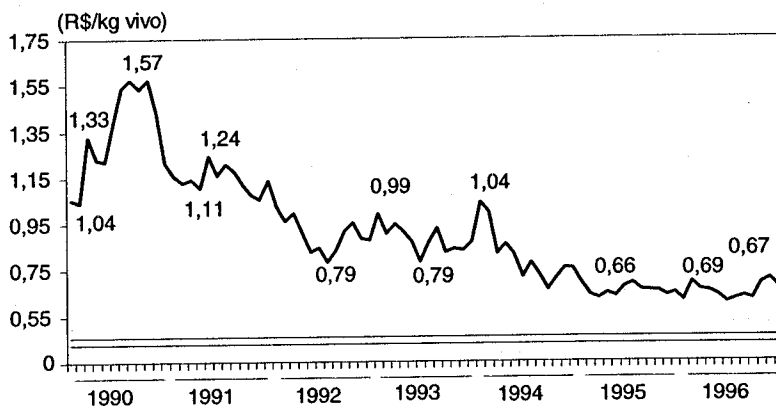


FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

Gráfico 8

**Evolução dos preços recebidos pelos avicultores
no Rio Grande do Sul — 1990-96**



FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços corrigidos pelo IGP-DI, da FGV, para dez./96.

As adversidades climáticas que têm atingido a produção vegetal algumas vezes têm sido precedidas ou sucedidas pela ocorrência de fatores adversos sob o ponto de vista econômico, criando problemas financeiros não só para o setor como para a economia de grande parte dos municípios que dependem basicamente da produção da agricultura. Assim foram os casos das safras 1994/95 e 1995/96: o impacto negativo da redução da receita, causado pela queda significativa dos preços no primeiro semestre de 1995, foi agravado pela quebra proporcionada pela estiagem ocorrida no segundo semestre de 1995 e no início de 1996. Esses dois fatos determinaram o problema básico da agricultura gaúcha em 1996: a redução da capacidade de financiamento da produção com recursos próprios e da capacidade de quitação dos compromissos financeiros assumidos com fornecedores, por parte dos agricultores em geral, e com os bancos, por parte daqueles agricultores dependentes do sistema financeiro.

Problema semelhante já havia ocorrido no início da década de 90, quando uma das mais fortes estiagens da história (safra de verão 1990/91) sucedeu a cortes de recursos e a mudanças de política agrícola, levadas a efeito durante o ano de 1990, no início do Governo Collor. Naquela ocasião, a quebra de safra (48% na lavoura de milho e 65% na lavoura de soja) atingiu o setor justamente no momento em que, em função dos cortes ocorridos no financiamento da produção, o montante de recursos próprios aplicados era significativo. As boas colheitas das safras seguintes, ao coincidirem com uma conjuntura de preços favoráveis e, sobretudo, de queda nos custos de produção, causada pela redução das alíquotas de importação de insumos agropecuários, permitiram uma recuperação do setor. Essa recuperação foi corroborada pelo crescimento dos investimentos em máquinas e equipamentos ocorrido no período e que foi estancado a partir de abril de 1995, com os primeiros reflexos da queda dos preços dos produtos agrícolas.

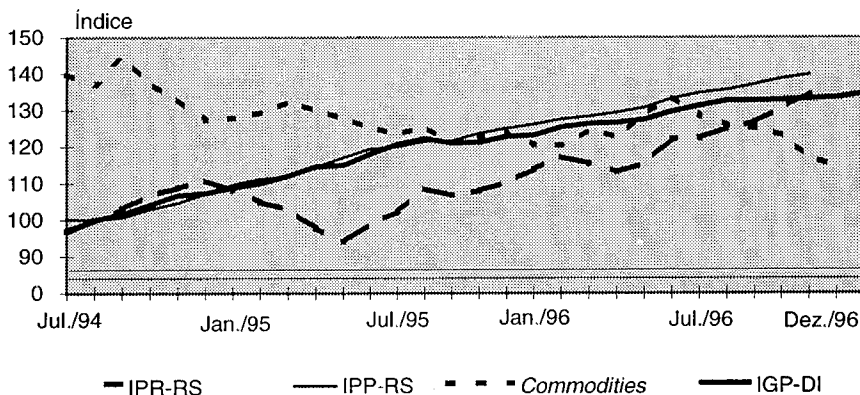
A recuperação das perdas havida nestas últimas duas safras, à luz da conjuntura atual, deverá ser mais lenta. Apesar da estabilidade monetária induzida pelo Plano Real, para a qual já se chamou atenção anteriormente, o comportamento do clima e das variáveis econômicas ainda trazem uma certa insegurança. A Tabela 3 mostra que, para a próxima safra (1996/97), ainda serão observadas reduções de área plantada nas lavouras de arroz, feijão e milho. A única a recuperar espaço é a lavoura

de soja, em face das perspectivas de bons preços. A redução da área plantada com milho deve-se à opção dos agricultores pela soja, que apresenta melhores perspectivas de mercado. Já a redução da lavoura de arroz é devida às alterações que vêm ocorrendo nessa atividade, em virtude do elevado endividamento de um segmento de orizicultores e das restrições que as condições de mercado vêm colocando para o aumento dos preços.

A conjuntura econômica que antecedeu e que definiu os problemas do setor em 1996 pode ser visualizada no Gráfico 9, que representa o movimento dos preços pagos e recebidos pelos agricultores gaúchos no período jul./94-out./96 e aponta o movimento dos preços das *commodities* agrícolas e do Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas no mesmo período.

Gráfico 9

Evolução do IPR-RS, do IPP-RS, das *commodities*
e do IGP-DI — jul./94-dez./96



FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1997). Rio de Janeiro: FGV, v. 51, n.3, mar.

Primeiro, destaca-se a evolução da curva que representa o movimento do Índice de Preços Recebidos pelos produtores (IPR), nela está evidenciado o movimento ascendente dos preços agrícolas durante os primeiros seis meses do Plano Real, numa conjuntura em que as pressões de demanda, geradas pela queda da inflação, puxaram os preços na entressafra e tornaram otimistas as intenções de plantio. Nesse

mesmo período, verifica-se a tendência descendente da curva que representa o índice de *commodities* no mercado externo.

A seguir, observa-se o descolamento que ocorre entre as curvas do Índice de Preços Pagos (IPP) e do Índice de Preços Recebidos pelos produtores gaúchos a partir do início do ano de 1995. Esse descolamento ocorre fundamentalmente pela queda significativa dos preços recebidos pelos produtores. Entre dez./94 e maio/95, o Índice de Preços Recebidos pelos produtores gaúchos apresentou uma redução de 13,6%, enquanto o Índice de Preços Pagos cresceu 12,0%, para uma variação média dos preços na economia, medida pelo IGP-DI, de 7,8%. O descolamento entre as duas curvas define que, na conjuntura de estabilidade monetária do Plano Real, a agricultura saiu perdendo para a indústria produtora de insumos no que diz respeito ao jogo dos preços relativos. Essa perda do setor agrícola ocorreu após um período em que a relação de trocas entre a agricultura e a indústria tendeu, na maior parte do tempo, a favor da agricultura, face à situação, já mencionada acima, de preços favoráveis e de redução do custo dos insumos. Como se pode observar no Gráfico 9, a retomada do crescimento do IPR, em ritmo superior ao crescimento do IPP a partir de jun./95 e durante quase todo o ano de 1996, não foi suficiente para juntar as duas curvas, o que, se tivesse ocorrido, indicaria um equilíbrio na relação de trocas. Saliente-se, no entanto, que, entre maio/95 e out./96, enquanto o Índice de Preços Recebidos pelos produtores gaúchos cresceu 43,2%, o Índice de Preços Pagos subiu apenas 19,4%, para um crescimento médio dos preços na economia, medido pelo IGP-DI, de 15,7%. Assim, se no período dez./94-maio/95 os preços dos insumos utilizados pelos produtores variaram 35,0% mais do que a média dos preços na economia, no período maio/95-out./96 os preços recebidos pelos produtores variaram 63,7% mais do que a média dos preços na economia e 55,1% mais do que os preços dos insumos adquiridos. Isso explica a tendência de aproximação da curva do IPR à curva do IPP, indicando que, mantida essa tendência, poderá observar-se, brevemente, um equilíbrio da relação de trocas entre agricultura e indústria. De qualquer forma, esse desequilíbrio apontado não pode perdurar, sob pena de concretizar-se como um grande obstáculo às expectativas oficiais de uma safra nacional de grãos que alcance 100 milhões de toneladas até a virada do século.

Paralelamente aos movimentos das curvas do IPR e do IPP, o Gráfico 9 mostra um terceiro movimento, que representa a curva da evolução dos preços das *commodities* no mercado internacional, e nele se observa nitidamente a tendência descendente desses preços até o final de

1995. Esse foi um dos fatores que facilitou a internalização de produtos importados e, conseqüentemente, a contenção dos preços agrícolas, que contribuiu para o sucesso do Plano Real. Pode-se verificar que a queda dos preços externos das *commodities* alimentares, que vinha sendo observada, a nível internacional, desde o início do Plano Real, foi interrompida entre fevereiro e maio de 1996, justamente no momento da comercialização da safra brasileira de soja. Essa recuperação, entretanto, foi seguida de uma nova queda, que recolocou as cotações no mercado externo nos mesmos patamares do final de 1995. Assim, uma certa euforia, que chegou a ser observada face às perspectivas de que uma ascensão mais prolongada dos preços no mercado externo poderia alavancar a recuperação dos preços no mercado interno, foi contida. Mesmo assim, o contexto atual do mercado mundial de *commodities* não oferece indícios de que os preços no mercado externo possam sofrer uma queda importante no futuro próximo. O contexto atual do jogo entre oferta e demanda mundiais, descontados eventuais acontecimentos não esperados, define uma expectativa de que as cotações devem permanecer sem grandes oscilações em 1997.

A exportação de produtos agrícolas do RS, em 1996, apresentou um crescimento no valor exportado dos principais itens da pauta (Tabela 4). Tanto no fumo quanto no complexo soja, ficaram evidentes os ganhos de preço. Já no caso das exportações de couro e de carne de frango, pode-se observar o aumento da quantidade exportada, ao mesmo tempo em que o valor cai, denotando um recuo das cotações de 1995 para 1996. O mercado externo tem apontado o surgimento de mercados promissores, notadamente na Ásia, em face do processo de crescimento dos países daquela região. Entretanto as dificuldades que se colocam ante o atual contexto do mercado internacional de acirramento da concorrência e de criação de barreiras não tarifárias à entrada de produtos importados dificultam a conquista desses mercados e trazem o desafio do aumento das condições de competitividade dos produtos agrícolas brasileiros.

Tabela 4

Exportações agrícolas de itens selecionados no Rio Grande do Sul — 1995-96

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (t)		VALOR (US\$ 1 000 FOB)		VARIAÇÃO %	
	1995	1996	1995	1996	Quantidade	Valor
Fumo destalado, estufa	115 154	129 264	441 757	626 704	12,25	41,87
Fumo destalado, galpão	65 824	79 491	15 954	16 264	20,76	1,94
Fumo não destalado, estufa	8 404	8 683	28 253	33 500	3,32	18,57
Fumo total	189 382	217 438	485 964	676 468	14,81	39,20
Farelo de soja	2 655 113	2 415 711	449 150	594 006	-9,02	32,25
Óleo de soja em bruto	531 462	441 664	3 175	2 365	-16,90	-25,50
Soja mesmo triturada	637 148	141 933	141 704	40 258	-77,72	-71,59
Soja total	3 823 723	2 999 308	594 029	636 629	-21,56	7,17
Carne de galos/galinhas, inteira	38 567	64 454	42 141	81 037	67,12	92,30
Carne de galos/galinhas, pedaços	34 247	38 290	68 401	73 866	11,81	7,99
Carne de galos/galinhas total	72814	102 744	110 542	154 903	41,10	40,13
Couro/pele bovino meio curtido	3 888	5 918	44 704	52 233	52,21	16,84
Couro/pele bovino curtido	2 600	3 180	40 491	47 310	22,31	16,84
Couro/pele bovino curtido lixado	1 763	2 316	31 282	40 028	31,37	27,96
Couro/pele bovino total	8 251	11 414	116 477	139 571	38,33	19,83
Pasta química de madeira	134 801	123 126	91 558	49 378	-8,66	-46,07
TOTAL SELECIONADO	4 228 971	3 454 030	1 398 570	1 656 949	-18,32	18,47
TOTAL GERAL DAS EXPORTAÇÕES	-	-	4 795 321	5 236 254	-	9,20

FONTE: SECEX/DECEX.

NOTA: 1. Total exportado no período jan.-nov./95, comparado com o mesmo período de 1996.
 2. Os produtos selecionados para compor essa tabela são os produtos agrícolas que compuseram, juntamente com os produtos de origem industrial, 68,5% do total das exportações gaúchas em 1996.

No que se refere à contribuição gaúcha para a concretização dessas expectativas, deve-se observar que o RS, durante a década de 90, vinha colhendo, com ganhos de produtividade, uma área média em torno de 6,5 milhões de hectares nas cinco principais lavouras de grãos, que não deverá ser facilmente ampliada neste final de século. Em 1996 e mesmo neste início da safra de 1997, essa área afetada por adversidades climáticas foi reduzida para menos de 6 milhões de hectares, destacando-se a queda de 19% na área de arroz (aproximadamente 198 mil hectares). Essa queda, além dos problemas de redução da capacidade de irrigação dos mananciais em virtude da estiagem, embute uma redução devida a transformações que começam a ocorrer na orizicultura em função da nova realidade econômica e que, pressupõe-se, não deverá ser repostas sem que haja alterações significativas nos fatores definidores das intenções de plantio dos orizicultores. Diga-se de passagem que o Governo Federal vem acenando com medidas de sustentação dos preços do arroz no mercado, podendo alterar as tendências apontadas pelo mercado e mudando o comportamento quanto às intenções de plantio nas próximas safras. Se, por um lado, a área da lavoura gaúcha é influenciada por uma queda que se poderia chamar de “estrutural” na lavoura orizícola, por outro lado, a experiência vivida pelos triticultores na última safra dá indícios de que dificilmente a área plantada com esse cereal deverá repetir os 586 mil hectares de 1996. Assim, a conjuntura dos dois últimos anos agrícolas e a que se pode divisar para o futuro próximo estão a indicar que a lavoura gaúcha não deverá voltar a atingir facilmente, salvo significativas mudanças no quadro atual do mercado de produtos agrícolas, o recorde de 17,3 milhões de toneladas observado em 1995.

Os cenários que vêm sendo traçados para o comportamento da economia em 1997 não apontam uma expansão acelerada da atividade econômica que proporcione aumento dos níveis do emprego e dos salários, capazes de alavancar uma expansão da produção agrícola com aumento de renda do setor. Na realidade, o atual déficit da balança comercial e as perspectivas de sua ampliação para 1997 geraram, no final do ano, um debate sobre uma provável contenção da atividade econômica. Nas atuais condições, é possível imaginar-se que dificilmente se repetirá em 1997 o fôlego da demanda observado nos primeiros dois anos do Plano Real, reduzindo-se, assim, as expectativas de expansão da produção agrícola com base em pressões de demanda no mercado interno.

Pecuária

Se a lavoura, prejudicada pelas adversidades climáticas, apresentou diversos resultados negativos, a produção animal, menos vulnerável às frequentes estiagens, teve apenas um resultado negativo nesse mesmo período (Tabela 1). Essa menor suscetibilidade da produção animal tem amenizado os resultados negativos da produção vegetal. Em 1996, a produção da pecuária de corte, medida pelo abate fiscalizado no Estado, cresceu 20,8%, enquanto a produção de suínos aumentou 21,9%; a produção de aves, 12,4%; e a produção de leite, 19,0%. De um modo geral, o bom desempenho da produção animal tem sido obtido, primeiro, em função do crescimento continuado da avicultura, onde o avanço tecnológico vem sendo puxado por um segmento de ponta na indústria alimentícia e ancorado no mercado externo, depois, pela produção de leite, que, nos últimos anos, foi impulsionada pelo avanço rápido de grandes indústrias multinacionais tanto no mercado nacional como no gaúcho.

No segmento da pecuária de corte, certamente o de comportamento mais conservador desde o produtor até o varejo, observam-se alguns indícios de transformações que começaram a ocorrer, ainda que extremamente restritas.

Durante o ano de 1996, alguns pecuaristas, que se diferenciam da grande maioria por buscarem inovar no processo produtivo, organizaram eventos em busca de parceria com os frigoríficos e o varejo, sinal de mudanças num segmento que sempre se caracterizou pelo imobilismo no que diz respeito ao avanço tecnológico da atividade. Seguindo tendência já observada no centro do País, esse pequeno grupo de pecuaristas procurou parceria com supermercados e frigoríficos, buscando oferecer ao mercado cortes diferenciados com qualidade garantida. A parceria entre esses três segmentos tem por objetivo a colocação de carne de novilha no mercado de Porto Alegre com a mesma qualidade da que é oferecida ao mercado externo via Cota Hilton. Insinua-se o compromisso dos produtores de garantirem a oferta ao mercado com manutenção dos níveis de qualidade do produto. Essa parceria ocorre concomitantemente com o Programa Carne de Qualidade do Governo do Estado, que, formalizado em meados de 1996, visa ao estímulo ao abate precoce de bovinos através da redução das alíquotas de ICMS. Nesse programa, as alíquotas dos impostos incidem de acordo com a idade de abate, tornando-se maiores na medida em que a idade avança:

sobre novilhos abatidos com até dois anos incide uma alíquota de 0,5%; sobre animais de até três anos incide uma alíquota de 1%; e sobre os animais com idade de abate superior a três anos incide alíquota de 3% a 7%. Os frigoríficos, para participarem desse programa, devem seguir determinadas regras quanto à sanidade da carne. A par dessas ações, o Bannrisul passou a oferecer linhas de investimento para a pecuária de corte, anunciando a liberação de R\$ 50 milhões, com recursos do BNDES, dentro do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Prodepec), para financiar técnicas inovadoras de manejo, incorporação genética e formação de pastagens. Esse programa deverá financiar 90% do valor de projetos, com prazo de até oito anos, incluindo dois de carência para as propriedades localizadas na área de abrangência do Reconvertul³. A remuneração é calculada pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 3,5% ao ano para obras civis e formação de pastagens e de até 6,5% ao ano para aquisição de máquinas e equipamentos.

A par desses eventos, entrou em vigor a Portaria nº 304 do Ministério da Agricultura, que pode vir a ser o agente catalisador de uma mudança no comportamento dos consumidores, acostumados a comprarem carne sem qualquer garantia de qualidade e certificado de origem, a não ser a fiscalização oficial sobre o abate. A Portaria nº 304, cuja vigência incidiu, inicialmente, somente sobre as Cidades de São Paulo e de Porto Alegre, estabeleceu, a partir de 15 agosto de 1996 — depois prorrogada por mais 60 dias —, que:

- os estabelecimentos de abate de bovinos, bubalinos e suínos somente poderão entregar carnes e miúdos para comercialização com temperatura de até sete graus; posteriormente, foi dada uma tolerância de três graus;
- as carnes somente poderão ser distribuídas em cortes padronizados, devidamente embalados e identificados;
- todos os cortes deverão ser apresentados à comercialização contendo as marcas e os carimbos oficiais com rotulagem de identificação.

³ O Reconvertul é um programa de fomento desenvolvido pelos Governos Federal e Estadual para dinamizar a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Esses aspectos principais da portaria, se ampliados para todo o território nacional e chancelados por uma atitude fiscalizadora dos consumidores, exigindo o cumprimento das medidas, podem significar, sem dúvida, o início do combate aos elevados índices de abate clandestino observados no País, abrindo caminho para uma pecuária de melhor qualidade. O primeiro grande problema para a eficácia da medida está exatamente na capacidade fiscalizadora do Governo, hoje insuficiente para atender aos requisitos mínimos dessa medida, se expandida para todo o território nacional. Por outro lado, os pequenos frigoríficos, setor menos organizado da cadeia, deram início a uma forte pressão alegando falta de condições para atender às exigências da portaria, o que estaria beneficiando as grandes empresas do setor.